

Apresentação

A publicação desta edição dos Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura em torno de direitos humanos e sexuais da população LGBTI+ insere-se em um conjunto de propostas do recém-lançado Fórum Paulista de Juízes e Juízas Estaduais pela Diversidade e Inclusão (Fojudi-SP).

Trata-se de uma iniciativa que visa criar as bases de uma discussão mais ampla, com a comunidade judicial, mas também jurídica e social, sobre todos dos direitos, os mecanismos de implementação e de tutela e dos desafios de sua efetividade em relação a essa população.

O fomento à produção científica é, com efeito, condição *sine qua non* de uma tal iniciativa, que se conjuga com uma preocupação em torno da inclusão consistente na formação inicial e continuada de magistradas e magistrados, além de servidores e servidoras do Tribunal de questões afetas à diversidade sexual e à identidade de gênero. Nesse sentido, o Fojudi-SP postulou junto à Diretoria da Escola a criação de uma coordenadoria da diversidade, justamente para realizar cursos em relação aos distintos ramos do Direito e da atuação jurisdicional, visando criar condições para julgamentos mais conformes às necessidades e aos direitos da população LGBTI+. Espera-se, assim, que esta edição contribua para este debate.

Nesse sentido, o artigo inaugural, de Marcos Zilli, sobre a proibição de proteção insuficiente atravessa axiológica e analiticamente todas as contribuições desta edição: em todas elas, sob perspectivas distintas, se verão estampadas faltas, as lacunas e as omissões do Estado, inclusive do Poder Judiciário, na garantia efetiva de direitos fundamentais da população LGBTI+.

A primeira seção destes Cadernos procura contribuir com a reflexão sobre dimensões analíticas de direitos humanos, seja a partir da contribuição do sistema interamericano, no belo artigo de Flavia Piovesan e Nathércia Magnani sobre os diálogos jurisdicionais com as cortes nacionais, notadamente superiores, mas que nos convocam em todas as instâncias de atuação jurisdicional.

Roger Raupp Rios brinda-nos com uma análise percuciente sobre as tensões persistentes no Brasil em torno da efetividade dos direitos sexuais, notadamente em torno da criminalização da homofobia e da proibição de terapias de reversão sexual, provocando-nos com uma discussão entre o Estado laico e a garantia de direitos humanos para identidades de gênero diversas e, em consequência, para um cenário mais amplo de reflexão acerca dos desafios atuais que permeiam a proteção jurídica e a dignidade da população LGBTI+ no cenário nacional

Esta edição dos Cadernos aponta, todavia, ainda, para uma dimensão complementar, já enfatizada por ocasião do evento de lançamento do Fojudi-SP: a necessidade de se criar mecanismos institucionais que provejam condições de aprimoramento institucional do Judiciário. Ações pontuais, sem visão política de longo prazo, sem articulação intersetorial interna e sem continuidade não lograrão superar os mais diversos entraves que essa população enfrenta ao procurar garantir seus direitos. A reflexão teórica sobre como deveriam se estruturar essas ações faz igualmente parte desta edição, em sua segunda seção.

Aqui temos três perspectivas complementares.

Renata Conceição Nóbrega Santos apresenta-nos, com base na experiência da Justiça do Trabalho, as bases normativas e governança em rede da política judiciária de equidade e de promoção dos direitos das pessoas LGBTI+ que em muito podem inspirar o Judiciário paulista e de outros estados.

Luciene Mendes enfatiza um aspecto do aprimoramento institucional, intimamente ligado à reflexão sobre a política judiciária para atendimento da população LGBTI+, qual seja, o respeito ao uso de banheiro correspondente à identidade de gênero nos fóruns de São Paulo.

Por fim, Victor Patutti Godoy apresenta reflexões a respeito das diretrizes de atuação, atendimento e julgamento da população LGBTI+ no âmbito do Poder Judiciário, com enfoque na atuação direta de magistrados por ocasião do atendimento desse grupo minoritário.

Em sua última seção, estes Cadernos procuram lançar luzes sobre alguns dos muitos desafios que a população LGBTI+ enfrenta em seu dia a dia e nas dificuldades que ainda enfrenta quando procura uma tutela jurisdicional para efetivar esses direitos em um contexto social de forte resistência, quando não violência para consigo.

Com efeito, na pauta temática de formação continuada proposta pelo Fojudi-SP à EPM todas as áreas do direito e da atuação jurisdicional são contempladas, o que sinaliza a necessidade de futuros números destes Cadernos dedicados ao assunto.

Neste momento, foram privilegiadas questões relativas a dimensões mais existenciais, intimamente correlacionadas à efetivação dos direitos fundamentais, com ênfase no direito de família e no da infância e juventude.

O direito de constituir família, desafiando modelos tradicionais e reconhecendo a convivência íntima e contínua como expressão de um direito fundamental, é objeto de dois artigos. Complementares, ambos discutem a gestação por substituição que tem sido, em muitos países, a forma privilegiada pela população LGBTI+ para terem filhos.

Neste sentido, Artur Pessôa de Melo Moraes e Pedro Avanci Fontenele discutem “Famílias plurais e direitos reprodutivos da população LGBTI+: A evolução jurisprudencial das cortes superiores, a regulamentação pelo Conselho Federal de Medicina e os desafios da omissão legislativa no Brasil”. Mais uma vez, esta edição brinda-nos com uma análise interdisciplinar.

De sua parte, Fernando Caldas Bivar Neto e Fernando Augusto Saleta Pacheco trazem à baila problemas bastante contemporâneos que têm surgido no cotidiano de juízes de família e da infância, a saber, os problemas jurídicos decorrentes da gestação por substituição internacional, com o artigo “Homoparentalidade e gestação por substituição transfronteiriça em países de legislação lacunosa (Argentina e Colômbia): cuidados, limites e possibilidades de regularização no Brasil”.

Na área da infância e juventude, Rafael Carvalho de Sá Roriz apresenta outro debate bastante contemporâneo e desafiador política e juridicamente: “o direito de adolescentes transgênero ao acesso às terapias hormonais: a (i)legalidade da Resolução CFM nº 2.427/2025 entre a despatologização e a proteção integral”.

Por fim, Eduardo Rezende Melo discute as lacunas da política e da forma de atendimento de crianças e adolescentes LGBTI+ que sofrem violência intrafamiliar, evidenciando, mais uma vez, a proteção insuficiente a elas dispensada, problematizando

os desafios de reconhecimento dessas necessidades específicas sob um cenário político desfavorável e os desafios ético-políticos lançados a magistradas e magistrados e ao Poder Judiciário como um todo.

Com esta edição, procuramos lançar as bases de construção de uma pauta política judiciária ampla, transformadora, pautada em direitos humanos, capaz de responder às demandas por cidadania, por democracia e por justiça de uma população até pouco invisibilizada, negligenciada, sujeita à violência e à exclusão social. Os autores examinam tensões contemporâneas, como os debates sobre a criminalização da homofobia e a proibição de terapias de reversão sexual. Também exploram a relação entre o Estado laico e a garantia de direitos humanos para identidades de gênero diversas. Por fim, propõem uma reflexão sobre os desafios atuais que permeiam a proteção jurídica e a dignidade da população LGBTI+ no cenário nacional.

Desembargador Marcos Alexandre Coelho Zilli
Juiz Eduardo Rezende Melo

Fórum Paulista de Juízes e Juízas Estaduais pela Diversidade e Inclusão (Fojudi-SP)